



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

KAMILA ARAÚJO RODRIGUES

SERVIÇO SOCIAL E O ENVELHECIMENTO ALGUMAS APROXIMAÇÕES.

CACHOEIRA-BA

2014

KAMILA ARAÚJO RODRIGUES

SERVIÇO SOCIAL E O ENVELHECIMENTO ALGUMAS APROXIMAÇÕES.

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Professor Orientador: Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo.

CACHOEIRA-BA
2014

KAMILA ARAÚJO RODRIGUES

SERVIÇO SOCIAL E O ENVELHECIMENTO ALGUMAS APROXIMAÇÕES.

Cachoeira – BA, aprovada em ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo
(Orientador – UFRB)

Prof.^a Ms. Albany Mendonça Silva
(Membro Interno – UFRB)

Bel.^a Ezilda Barreto
(Membro Externo)

DEDICATÓRIA

A minha mãe, exemplo de força e coragem.

E minha avó, fonte de amor e ternura.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, pela nossa camaradagem em processo.

As boas energias do universo que me levaram a Cachoeira.

Á minha família, pela força e amor.

Á Ezilda Barreto “minha guru” camarada de utopias e busca por ser mais.

Ao professor Henrique Rozendo, nosso estimado professor, pelo compromisso militante com o curso de Serviço Social, gratidão por ter me acolhido.

Á professora Albany Mendonça, por ter sempre acreditado em mim.

Aos meus Bimbinhos / irmãos Diego Piedade e Daniel Carneiro, amor para o infinito e além.

Aqueles que tive a imensa graça de compartilhar vida; Lorena, Lilian, Joyce, Marta, Janaina, Luisa, Indira, Luise (pessoa de luz), Tiana , Tamiz, pessoas por demais especiais ao meu coração.

RESUMO

O envelhecimento da população brasileira é um dado histórico, social e recente que vem alterando significativamente a estrutura etária da população, impondo-se como grande desafio e objeto de interesse analítico. Neste sentido, o presente trabalho visa trazer algumas reflexões acerca do envelhecimento como pauta do Serviço Social. Para tal, discutimos as atuais tendências da dinâmica populacional brasileira, os múltiplos aspectos do envelhecimento, a legislação que normatiza os direitos referente à pessoa idosa. Realizamos um esforço de análise e síntese ao vasto conhecimento produzido e experiências profissionais dos assistentes sociais junto à população idosa, nos mais diversos processos de trabalho, presentes e socializados nas produções teóricas do XIII e XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais CBAS. Também trazemos a discussão sobre a pesquisa no âmbito das pós-graduações em Serviço Social e buscamos identificar quais os programas existentes no âmbito do Serviço Social, quais as linhas de pesquisa destes programas e quais pesquisas estão em desenvolvimento sobre a temática envelhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento, produção de conhecimento, Serviço Social, CBAS.

ABSTRACT

The aging of the population is a given historical, social and recent which is significantly changing the age structure of the population, imposing itself as a major challenge and object of analytical interest. In this sense, this paper aims to bring some reflections on aging as the agenda of Social Work. To this end, we discuss the current trends of the Brazilian population dynamics, multiple aspects of aging, the legislation that regulates the rights relating to the elderly. We carry out an effort of analysis and synthesis of the vast knowledge generated and professional experiences of social workers with the elderly population, in various work processes, present and socialized in theoretical productions XIII and XIV Brazilian Congress of Social Workers CBAS. We also bring the discussion on research in the field of Social Work postgraduates and seek to identify which existing programs under the Social Service, which the research lines of these programs and what research is developing on the theme aging.

KEYWORDS: Aging, knowledge production, Social Services, CBAS.

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ENVELHECIMENTO E VELHICE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	11
2.1 Análise sobre o processo de envelhecimento na sociedade contemporânea	11
2.2 Os aspectos biopsicossociais do envelhecimento	13
3 O FAZER PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O ENVELHECIMENTO	18
3.1 Situando o Serviço Social enquanto profissão e sua relação com o envelhecimento.....	18
4 ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS REALIZADAS PELO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O ENVELHECIMENTO.....	29
4.1 A dimensão investigativa como elemento imprescindível e essencial no fazer profissional do assistente social.....	29
4.2 Processos de trabalho do Assistente Social junto à pessoa idosa: experiências, conquistas, desafios e anseios colhidos nos trabalhos publicados no XIII e XIV CBAS.....	34
4.3 Estado da arte de pesquisas sobre o envelhecimento no âmbito das pós-graduações em Serviço Social.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da curiosidade e anseio, com a aproximação do fazer profissional do assistente social junto ao segmento da população idosa. São muitos os determinantes e condicionalidades nas quais o exercício profissional do assistente social está inserido, a cada dia, diante da complexificação e transformações da questão social nos diversos campos de atuação e, nos vários segmentos sociais, novas demandas e problemáticas são postas a categoria dos assistentes sociais. Neste sentido, a busca constante de aproximação com a realidade, de apreender as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativo que compõem a profissão Serviço Social, impõe-se como imperativo e grande desafio.

Desde a segunda metade do século passado que, a estrutura etária da população brasileira vem dando indícios do envelhecimento populacional sendo atualmente a faixa etária que mais cresce em termos absolutos e relativos (PNAD, 2008), tal crescimento se acentua em plena ascensão neoliberal e redução de gastos nas políticas de proteção social, especialmente aquelas ligadas a Seguridade Social. Tais circunstâncias impõem-se como grande desafio, tendo em vista que a velhice demanda uma série de cuidados, e garantia dos direitos sociais por parte do Estado sendo um pré-requisito fundamental para um envelhecimento ativo e velhice digna.

Deste modo, não podemos perder de vista que este crescimento e vivência destes idosos são condicionados pela dinâmica do capital e da correlação de forças presentes na sociedade, neste contexto, também que se insere e se desenha a atuação do assistente social, sendo este chamado a dar respostas às diversas e complexas manifestações da questão social, em que, se reflete a desigualdade inerente ao capitalismo.

É nesta busca por compreender o fazer profissional e suas determinações que, este trabalho monográfico tem como objetivo o estudo das particularidades, desafios, possibilidades e mediações que envolvem o fazer profissional do assistente social junto ao segmento idoso. Buscamos refletir e traçar um debate crítico, sendo nossa pretensão não apenas o relato ou descrição das atividades, mas, se aproximar do fazer profissional, analisar os processos de mediação e conflitos que envolvem a prática profissional com um determinado segmento populacional, a população idosa. Optou-se pela revisão bibliográfica, por entender

que tal procedimento possibilitará um maior aprofundamento e abrangência com a temática, bem como possibilitará o conhecimento sobre o que foi produzido sobre a temática estudada no âmbito do serviço social e fora dele.

O presente trabalho consta de três capítulos. No primeiro capítulo discutimos o fenômeno do envelhecimento populacional na sociedade brasileira e os múltiplos aspectos da velhice.

No segundo capítulo discutimos de forma breve o significado sócio histórico do Serviço Social, sua relação com a questão social e o envelhecimento. Os direitos da pessoa idosa e os mecanismos legais que os normatizam.

Por fim, no terceiro capítulo buscamos evidenciar como a temática do envelhecimento se expressa no Serviço Social, para tal, valem-se das experiências profissionais dos assistentes sociais junto à população idosa contidos nos artigos do XIII e XIV CBAS, abordando o campo de atuação, desafios e conquistas. Trazemos também um panorama acerca da produção de conhecimento no âmbito das pós-graduações em Serviço Social, que aborda a temática do envelhecimento, destacamos as áreas de concentração, linhas de pesquisa e pesquisas desenvolvidas sobre o referido tema.

Deste modo, este trabalho pretende contribuir na ampliação do debate em torno da relação entre o Serviço Social e a população idosa.

2 ENVELHECIMENTO E VELHICE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

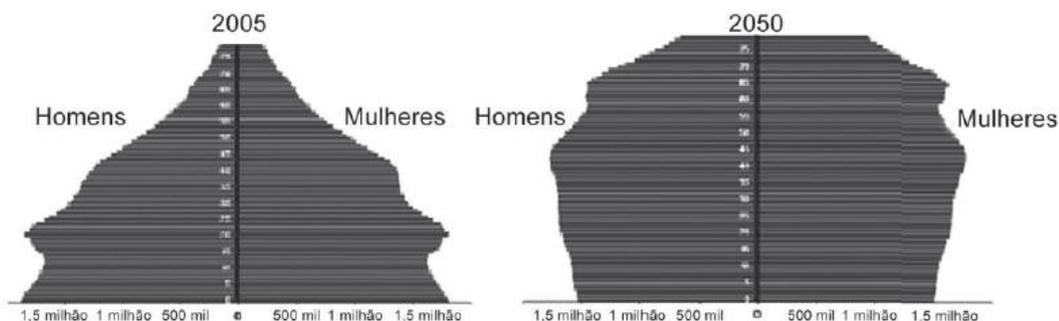
Nesta primeira parte, buscamos discutir o fenômeno do envelhecimento populacional, evidenciando os determinantes históricos, sociais, econômicos e culturais que provocaram a mudança na estrutura etária da população brasileira, com um aumento significativo da população idosa em relação a outras faixas etárias. A velhice em seus aspectos biopsicossociais, e as terminologias empregadas para designar esta fase da vida.

2.1 Análise sobre o processo de envelhecimento na sociedade contemporânea

O envelhecimento populacional da população brasileira, no que diz respeito ao aumento do número de pessoas idosas em relação a outros grupos etários da população é um fenômeno social, histórico e recente, que vem trazendo mudanças na composição etária da população brasileira. Este aumento é resultante das modificações das taxas de natalidade/fecundidade e mortalidade, que por sua vez, são expressões da dinâmica e conjunto de determinantes; social, econômico político e cultural, da realidade brasileira.

Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008), em 1940 a população idosa representava 4,1% da população brasileira em 2008 este percentual passou para 11,1%, em termos absolutos isto significa um aumento de 1,4 milhão para cerca de 20 milhões no mesmo período. Segundo estimativas, o Brasil terá 32 milhões de idosos até o ano de 2025, esse aumento colocará o Brasil em 2025, na 6ª posição em termos de população idosa no mundo (IPEA, 2012), (PNAD, 2008). Este fenômeno é explicado pela elevada taxa de fecundidade no passado, em relação à atualidade e, diminuição da mortalidade em idades avançadas. Deste modo, a população brasileira vem passando por grandes alterações demográficas, como nos indica o gráfico abaixo (MS, 2010).

GRÁFICO 1 – Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período de 2005-2025.



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2010.

O formato tipicamente triangular da pirâmide populacional com base alargada e base estreita, indica uma população jovem, formato este que caracterizou a dinâmica demográfica da população brasileira por muito tempo, segundo dados do Ministério da Saúde (2010), os anos 1980 marca uma inflexão no padrão etário da população brasileira, transformando-se numa pirâmide populacional com base mais estreita e vértice mais largo, o que indica um acelerado processo de envelhecimento.

Contrariamente aos países ditos desenvolvidos, em que o processo de envelhecimento populacional se deu de forma gradual. O envelhecimento da população brasileira foi marcado pela rapidez em termos absolutos e relativos. Estas mudanças na estrutura etária da população brasileira situam-se historicamente; “no contexto das transformações sociais e econômicas do período de expansão do capitalismo industrial, dentre as quais se destaca a emergência do sistema de proteção social no Brasil” (PESSOA, 2009, p. 56).

Neste contexto, Pessoa (2009) e CEPAL (2004), apontam alguns fatores que vão imprimir novas determinações sociais, materiais e culturais de existência, influenciando assim, diretamente nas alterações das variáveis do envelhecimento populacional brasileiro, dentre outros fatores estão; uma maior ingerência do Estado nos serviços públicos de saúde e saneamento, e uma parca “melhoria nas condições gerais de vida da população, saúde, alimentação e habitação” (PESSOA, 2009, p. 53). Diante de uma maior distribuição das inovações científico-tecnológicas

importadas dos países centrais, como a vacina e uma maior distribuição e acesso a métodos contraceptivos. Outra questão de grande relevância se refere ao papel da mulher, com a conquista de novos espaços sociais, políticos e a inserção crescente da mão de obra feminina ao mercado de trabalho.

Estes foram alguns dos determinantes que contribuíram para o envelhecimento populacional brasileiro, haja vista que, as taxas de fecundidade diminuíram, pela ampliação dos métodos contraceptivos, e inserção da mulher no mercado de trabalho. A expectativa de vida aumentou, com os avanços científicos, tecnológicos e melhorias nas condições de vida, sobretudo, com a ampliação dos serviços de saúde.

Este aumento da expectativa de vida representa um grande avanço e conquista para a nossa sociedade, não obstante, impõem-se como grande desafio demandando uma maior atenção e estudos tanto por parte dos governos como por parte das universidades, estudantes e profissionais das mais diversas áreas. Em relação à categoria dos assistentes sociais, nota-se a grande importância e necessidade do debate em torno do tema, tendo em vista que o segmento da população idosa demanda políticas sociais, ações e projetos específicos que venham atender suas particularidades, os idosos são em muitos casos a maioria dos usuários da Seguridade Social, sendo a assistência, a saúde e a previdência os principais espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais

2.2 Os aspectos biopsicossociais do envelhecimento

Em relação ao termo velhice, são muitas as interpretações acerca do seu significado, segundo Faleiros (2007, p. 12) a velhice pode ser percebida sob distintos pontos de vista, “o conceito de velhice, associado negativamente a perdas, ou positivamente a ganhos e conquistas, faz parte da visão contraditória da velhice” Não compreendemos a velhice como uma fase marcada somente por perdas, decadências ou sinônimo do final da vida. A velhice representa um estágio da nossa vida, em que, o processo de envelhecimento se evidencia de forma mais acentuada, pelo processo biológico e natural do corpo.

Convencionou-se como demarcação cronológica pela Organização Mundial em Saúde (OMS), a idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos como a faixa etária que compreende a velhice. O Brasil adota tal demarcação conforme o estatuto do

idoso “Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003).

Veras (1994) ao problematizar a complexidade e diversidade que envolve essa população, apresenta a seguinte subdivisão: idosos jovens – 60 a 69; meio idosos – 70 a 79 anos; e idosos velhos acima de 80 anos, segundo o mesmo, esta divisão fornece uma maior aproximação com reais dificuldades, diferenças e similaridades, nos indicando assim, elementos mais precisos para o estudo e desenvolvimento de ações e políticas voltadas para esta população que não pode ser encarada de forma homogênea.

No que diz respeito aos termos utilizados para designar tais indivíduos são três as principais denominações; velhos, idosos e terceira idade. Recorrendo aos estudos de Peixoto (1998), fica evidente que o modo pelo qual se denominou a pessoa envelhecida caminhou e se modificou em consonância com os processos sociais e econômicos, na complexa relação entre Estado e Sociedade e que a representação social de velho, idoso e terceira idade não fica imune à determinação de classe, como destaca Rodrigues e Soares (2006),

Ao abordar esse assunto Peixoto (1998) lembra que a expressão Terceira Idade, surgiu na França, a partir de 1962, em virtude da introdução de uma política de integração social da velhice visando à transformação da imagem das pessoas envelhecidas. Até então, o tratamento da velhice era pautado na exclusão social, tendo o asilo como seu principal símbolo. Os termos velho e velhote eram empregados para reforçar uma situação de exclusão daqueles que, despossuídos, indigentes, não detinham *status social*. A designação de idoso era restrita aos indivíduos que tinham *status social* advindo de sua experiência em cargos políticos, decorrente de situação financeira privilegiada ou de alguma atividade valorizada socialmente. De acordo com a autora, essa classificação tem origem numa época em que nas relações do processo de produção, a força de trabalho era o bem que o indivíduo das classes menos favorecidas tinha para vender. A partir da diminuição dessa força ele entrava na categoria de velho, que, sem trabalho e desassistido pelo Estado, potencializava seu estado de pobreza. Essa incapacidade para o trabalho produtivo associa, desde então e até os dias atuais, a velhice à invalidez e à decadência (p. 07).

Ao abordar as respectivas designações no Brasil, Peixoto (1998) assinala que até os anos sessenta do século passado o termo velho foi predominante utilizado

para designar está faixa etária, seja no âmbito da produção acadêmica, no tratamento pessoal, seja nos documentos oficiais. Não obstante, a autora destaca o caráter bastante ambíguo do termo velho,

Ainda que existam outros termos classificatórios para a velhice no uso corrente, o termo que designava, até essa época, a pessoal envelhecida era, sobretudo “velho”. Empregado de maneira geral, esse termo não possuía um caráter especificamente pejorativo, embora apresentasse uma enorme ambiguidade, por ser um modo de expressão afetivo ou pejorativo, cujo emprego se distinguia pela entonação ou pelo contexto que era utilizado (p. 75).

Toda via a influência e propagação advinda da Europa referente a campanhas e mobilizações com vista à mudança da imagem pejorativa e negativa da velhice, chegam a terras brasileiras, sendo a mudança e adoção do termo idoso em substituição ao termo velho uma das grandes modificações. A partir daí “como na França, certos documentos oficiais, bem como a grande maioria das análises sobre a velhice, recuperam a noção de idoso”. Peixoto (1998). Sendo este atualmente o mais utilizado e empregado nos regulamentos e documentos oficiais.

A velhice como qualquer outra fase da vida traz características e implicações próprias, contudo, embora a velhice seja um vir a ser, o caminho pelo qual todos aqueles que acumulam anos e que alcançam a longevidade estão sujeitos a vivenciar, a velhice e/ou envelhecimento não pode ser encarado como um processo ou categoria homogênea. Como disserta Sara Goldman (2003, p. 71), entende,

O envelhecimento como um processo complexo que ocorre em cada pessoa, individualmente, mas condicionado a fatores sociais, culturais e históricos, que vão rebater na sociedade como um todo, envolvendo os idosos e as várias gerações. Por seu caráter multifacetado, o envelhecimento abarca múltiplas abordagens: físicas, emocionais, psicológicas, sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais, históricas, dentre outras. A conjuntura marca as diversas formas de viver e de conhecer o envelhecimento, assim como as determinações culturais tomam formas diferenciadas no tempo e no espaço. Outro diferencial se refere à posição de classe social que os indivíduos ocupam.

O indivíduo vivencia o fenômeno da vida em sua própria singularidade, no entanto, é preciso considerar alguns determinantes, as condições materiais de

existência construídos historicamente e perpassados de geração á geração e como consequência direta deste legado histórico, as condições materiais de vida as quais os indivíduos dispõem e estão inseridos.

A compreensão da velhice requer a análise das condições reais de vida, isto é, a classe social, posição na divisão sócio-técnica do trabalho, nível educacional, fatores como: gênero, região onde habita, etnia, construção ideológica, as normas e padrões sociais imputadas ao segmento idoso, estes fatores são condicionantes que vão definir a vivência e cotidiano do segmento idoso, deste modo, a caracterização da velhice requer a análise de fatores biopsicossocial (GOLDMAN, FALEIROS, 2008).

É o que propõem a gerontologia, ciência aplicada de caráter interdisciplinar que estuda o fenômeno do envelhecimento. Segundo os parâmetros da gerontologia, o processo de envelhecimento deve ser interpretado a partir de uma análise biopsicossocial, isto é, os fatores biológico, psicológico e social do envelhecimento (DOLL, 2004). De acordo com Zimerman (2000) os aspetos biológicos são demarcados por fatores físicos externos como: uma maior flacidez da pele, ombros mais arredondados, destacamento das veias, aparecimento de verrugas. Sendo a perda dos neurônios, o metabolismo mais lento, o amadurecimento dos ossos, alguns dos fatores internos que caracterizam o aspecto biológico.

No que se refere aos aspectos psicológicos Zimerman (2000), aponta que uma melhor atenção para o aspecto psicológico é de suma relevância, tendo em vista que, são diversos os aspectos que podem causar problemas psicológicos, como; dificuldade de se adaptar a novos papéis sociais, falta de motivação, dificuldade de planejar o futuro, ausência de um lugar social, faltas e perdas, que podem vir a causar sérios problemas como a depressão, hipocondria, somatização, paranóia e até o suicídio. Além disso, os problemas e aspectos físicos sociais podem vir a desencadear e agravar os problemas psicossociais que diz respeito à mudança do papel social que estes indivíduos sofrem, bem como, as perdas de cunho financeiro, produtivo como o afastamento e/ou aposentadorias não preparadas (ZIMERMAN, 2000).

Não obstante, o conceito de saúde e envelhecimento com qualidade de vida, vai muito mais além destes aspectos, não se restringe a condição de saúde física e biológica, abrange diversos outros fatores que se interligam, como: acesso a

informação, prática de atividades, prevenção da saúde mental, auto-estima. Todos estes fatores se intercalam, sendo, um determinante fundamental para que a capacidade funcional dos idosos caminhe junto com o processo de envelhecimento.

Dessa forma, como disserta Papaléo Netto (2002, p.10),

O envelhecimento (processo), a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente relacionados. [...] o envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por levá-lo à morte (PAPALÉO NETTO, 1996). [...] Às manifestações somáticas da velhice, que é a última fase do ciclo da vida, as quais são caracterizadas por redução da capacidade funcional, calvície e redução da capacidade de trabalho e da resistência, entre outras, associam-se a perda dos papéis sociais, solidão e perdas psicológicas, motoras e afetivas.

Assim, o envelhecimento é um processo natural da vida e como tal se manifesta com maior vivacidade a partir dos sessenta anos idade que, culturalmente normatizamos como a velhice. A velhice, a infância e adolescência cada uma em suas particularidades distintas, requer uma atenção e cuidado diferenciados. Em relação à velhice os aspectos biológicos como decadência de capacidade física e mental, maior vulnerabilidade de adquirir doenças, podem vir a colocar os idosos em situação de maior vulnerabilidade¹.

Contudo, os fatores sociais e ideológicos construídos culturalmente como: o imperativo da produtividade, em que, os idosos são classificados como improdutivos não servindo a lógica da produção e consumo capitalista, a imagem negativa do idoso associada à finitude da vida, contribui de forma significativa para o agravamento e complexificação dos desafios enfrentados por este segmento populacional.

¹ Os conceitos de risco e vulnerabilidade e risco social devem ser problematizados. Eles não são adjetivos da condição do usuário. A produção da desigualdade é inerente ao sistema capitalista, ao (re) produzi-la produz e reproduz vulnerabilidades e riscos sociais. Essas vulnerabilidades e riscos devem ser enfrentados como produtos dessa desigualdade, e, portanto, requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. Não se resolve desigualdade com desenvolvimento de potencialidades individuais ou familiares. Não se trata de “equipar” os sujeitos, nem de descobrir suas “potencialidades” como trabalham alguns autores. Trata-se de reconhecer essa desigualdade, de identificar que há um campo de atuação importante que atende a necessidades sociais da população e que trabalhá-las como direitos da cidadania rompe com a lógica de responsabilizar o sujeito pelas vicissitudes e mazelas que o capitalismo produz. (COUTO, YAZBEK, RAICHELIS, 2012, p. 72).

3 O FAZER PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O ENVELHECIMENTO

Como ponto de partida fundamental para refletirmos a profissão do Serviço Social e a prática profissional do assistente social, tendo como objeto de análise a população idosa, buscamos discutir algumas questões essenciais. Primeiro qual a razão do Serviço Social existir? Quem o requisita? Surge para atender quais interesses? Compreendermos a questão social enquanto objeto de trabalho do Serviço Social e a problemática do envelhecimento na sociabilidade do capital. Em seguida apresentamos de forma breve os direitos da pessoa idosa e os mecanismos legais que os normatizam

3.1 Situando o Serviço Social enquanto profissão e sua relação com o envelhecimento

Tomamos como suporte de análise para compreendermos o Serviço Social enquanto profissão, as obras clássicas: “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de autoria de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho (2010) e “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” de José Paulo Netto (2009). Tais análises apreendem o Serviço Social como parte de uma totalidade social, isto é, para se compreender o significado social da prática do Serviço Social, sua funcionalidade, intervenção e posição social são indispensáveis ou, até mesmo impensáveis, sem apreendê-lo no conjunto das relações sociais, a partir de sua inserção e participação no processo de (re) produção da vida social, isto é, nas relações sociais de um dado momento sócio-histórico.

Deste modo, o Serviço Social é abordado como próprio da ordem social burguesa como partícipe integrante e reproduzidor das relações sociais capitalistas. Nesta perspectiva, o surgimento e institucionalização do Serviço Social derivam-se dos processos sociais do modo de produção capitalista e do movimento contraditório das classes sociais nele presente, forças estas que pautam suas demandas e exigem respostas.

Nesta perspectiva pensar o Serviço Social e seu significado enquanto profissão exige-se que levemos em consideração as condições sócio-históricas que gestaram as condições de seu surgimento. Contraditoriamente, as teses que situam

o Serviço Social enquanto resultante do aperfeiçoamento das práticas filantrópicas desenvolvidas ao longo da história. Netto (2009, p. 73) ressalta que,

Na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para criar um dado espaço na rede sócio ocupacional, mas é a existência deste espaço que leva a constituição profissional [...]. É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições históricas sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistentes sociais.

O capital monopolista e a dinâmica do conflito de classes engendrados neste estágio do desenvolvimento capitalista, vai imprimir outras características ao Estado, este passa a ser uma agente a serviço dos grandes monopólios, através de concessões e subsídios passa a adotar outra conotação, assumindo outros papéis frente à classe trabalhadora. Como destaca Netto (2009, p. 80) “nela, o Estado joga um papel central e específico, dado que lhe cabe assegurar as condições da reprodução social no âmbito da lógica monopolista”.

O Estado passa a ser agente estratégico do capital na medida em que intervém nas condições da reprodução da força de trabalho, bem como outro importante papel que diz respeito à propagação da ideologia, função política de apaziguamento e controle dos movimentos da classe trabalhadora. Neste contexto, no âmbito do capitalismo monopolista que a questão social ganha maiores contornos políticos e passa a ser objeto de intervenção do Estado por meio de políticas sociais.

É neste contexto de intervenção do Estado nos processo de regulação social, via políticas sociais que se gesta segundo Netto (1992), o significado sócio-histórico da existência do Serviço Social, e o lugar funcional do assistente social na divisão sócio-técnica do trabalho.

O Serviço Social nasce como um componente estratégico de classes para atuar junto ao imediato, nas refrações da questão social, tem como uma de suas especificidades ser uma profissão que atua nas mais diversas necessidades humanas. Não dispõem dos meios necessários para a efetivação do trabalho, como trabalhador assalariado vende sua força de trabalho e tem como principal campo de atuação as políticas sociais.

Deste modo, entendendo a questão social enquanto um conjunto de desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista, que tem como fundamento a contradição entre capital trabalho, bem como, a compreensão de política social enquanto um espaço contraditório que congrega tanto os interesses do capital quanto do trabalho, sendo assim, lócus estratégico de luta e resistência.

Nesta perspectiva, de disputa de distintos interesses sociais que são gestados, coordenadas e formuladas as políticas sociais, sendo estas, utilizadas como resposta as consequências da contradição inerente ao modo de produção capitalista, que diz respeito, à produção cada vez mais socializada e coletiva, na realidade concreta sem mistificações de um lado, e de outro a apropriação privada da riqueza social, protegida pela ideologia do consumo, e diversas manifestações da alienação.

Dessa forma, o processo de trabalho do assistente social se insere em meio às problemáticas das diversas manifestações da questão social, metamorfoseando e complexificando conforme as mudanças do processo histórico e particularidades regionais. Como ressalta Iamamoto;

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situação de violência contra a mulher, à luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudança. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho (IAMAMOTO, 2010, p. 62).

Não obstante, é importante destacar a seguinte consideração. Iamamoto (2012) ao refletir acerca da produção de conhecimento na área do Serviço Social pondera,

É interessante observar que as fragmentações operadas pelas políticas no atendimento às necessidades sociais das classes subalternas e seus segmentos, idosos, crianças e adolescentes, portador de necessidades especiais, são o critério que vem filtrando análise dos sujeitos sociais pelo Serviço Social, nem sempre

atribuindo visibilidade às clivagens coletivas de classe. A armadilha está em focalizar os segmentos em si mesmos, fragmentando-os e isolados o seu tratamento analítico das relações sociais que os constituem (IAMAMOTO, 2012, p. 459).

Assim, pensar o idoso enquanto sujeito de trabalho do assistente social, como manifestação da questão social, significa considerar a categoria idoso enquanto partícipe dos processos e relações sociais próprios da sociedade contemporânea, da sociedade capitalista, incluído aí todo o conjunto de variáveis, desigualdades diferenciações e condicionantes próprios da complexidade do capitalismo.

Neste sentido, Teixeira (2006) traz-nos importantes contribuições para pensarmos a complexidade que envolve o envelhecimento e a velhice em sociedades regidas pelo modo de produção capitalista. Trata o envelhecimento e velhice situando os historicamente e a partir dos determinantes do capital;

A abordagem do tema parte dos pressupostos analíticos de que o envelhecimento do trabalhador é uma expressão da questão social, o que significou atribuir centralidade à problemática social do envelhecimento do trabalhador, e não sendo uma condição inexorável que atinge a todo o grupo etário, indistintamente e independente, do modo como à força de trabalho é expropriada e explorada das condições de produção e reprodução social, inclusive, do seu tempo de vida. [...] Tal perspectiva levou a priorização da condição de classe como elemento central no detalhamento da “problemática social” do envelhecimento, sob a prevalência de um tipo de sociedade regida pelo trabalho abstrato que condena o trabalhador não apenas a uma antecipação do processo de depreciação natural de sua capacidade de labor, exclusões pelo critério de idade, desvalorização social, pobreza, mas também, antes de tudo, a uma depreciação social que atinge toda a classe trabalhadora alienada e submetida às forças cegas da produção, reduzida a “força material de produção”, um objeto, destituído de qualidades e necessidades, principalmente quando envelhecida, exacerbando as experiências negativas com o tempo, pela impossibilidade de controlá-lo, já que é expropriado pelos capitalistas (TEIXEIRA, 2006, p. 19-20).

A principal contradição e a própria marca do capitalismo, diz respeito a contradição entre capital e trabalho, detentores dos meios de produção e não detentores dos meios de produção. Sendo assim, estes últimos detêm apenas de sua própria força de trabalho. Tomando como base esta relação, a reflexão da

manifestação da questão social sobre o envelhecimento, significa situar uma população que não dispõem mais do elemento fundamental ao capitalismo que é à força de trabalho – não estamos defendendo a ideia de que a pessoa idosa não disponha mais do vigor físico e intelectual, antes, esta afirmação é amplamente defendida e propagada pelos exploradores da força de trabalho – o vigor físico e intelectual indispensável à produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

A categoria questão social aglutina essas determinações e se constitui no eixo articulador de todas as expressões dessa problemática social do envelhecimento do trabalhador, que demanda formas de respostas do Estado e sociedade. Essa perspectiva de análise implicou no desvendamento tanto das condições materiais (estruturais e de classe) sob a lógica do capital que engendram desigualdades sociais, pobreza, desemprego, populações excedentes, desvalorização social e outras manifestações da questão social, ou seja, a ditadura do trabalho morto sob a forma de capital (comercial, industrial, financeiro) e a regência do trabalho assalariado, aviltante e alienado como fonte de valor e de degradação social, quanto na reconstituição das lutas sociais como um dos elementos constituintes da questão social, da capacidade de resistência dos trabalhadores, de lutas que problematizam necessidades sociais ou a não satisfação dessas, por atingirem um coletivo e serem efeitos de estruturas geradoras de desigualdades sociais e de acesso restrito a bens e serviços produzidos socialmente (TEIXEIRA, 2006, p. 15).

Assim, o imperativo da produtividade, em que os idosos são classificados como improdutivos não servindo a lógica da produção capitalista, considerando, ainda, aos fatores ideológicos os quais associam a imagem do idoso a aspectos negativos associados à finitude da vida, são algumas das problemáticas vivenciadas por esse segmento populacional.

Dessa forma, a busca pela compreensão da realidade, do quadro sócio histórico no qual objeto de intervenção profissional é produto e está inserido, impõe-se como determinante fundamental para o fazer profissional do assistente social.

O atual quadro sócio histórico brasileiro marcado por grandes desigualdades sociais é inteligível quando analisamos a partir do modelo político e econômico adotados pelo governo, sendo o destino do fundo público bastante elucidativo tendo em vista que a grande soma deste que é destinada ao pagamento de dívidas públicas, juros da dívida, garantindo, assim, a boa sobrevivência do mercado

financeiro em detrimento de condições reais de trabalho, renda, educação, previdência, e demais serviços públicos que cabe ao Estado assegurar a população.

Em relação à população idosa brasileira, segue alguns dados sociodemográficos, ilustrados abaixo,

GRÁFICO 2 – Pessoas de 60 anos ou mais, segundo algumas características – Brasil (2009).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2009).

Os dados revelam indicadores preocupantes quando analisamos o nível educacional da população idosa, 50,2% tem apenas quatro anos de estudo e sobre a renda per capita 43,2% deste mesmo segmento sobrevivem com renda abaixo de um salário mínimo, importante ressaltar também que 64,1% dos domicílios brasileiros possuem a pessoa idosa como referência.

Além destes dados, é necessário destacar a carga preconceituosa que a população idosa sofre frente à ideologia e cultura capitalista de produção, haja vista a supervalorização do novo, jovial, produtivo, há uma forte tendência dos idosos serem vistos como improdutivos, peso para sociedade.

Assim, são muitos os desafios postos a real conquista do envelhecimento ativo² no Brasil, sendo os assistentes sociais profissionais que atuam diretamente ou indiretamente nas diversas políticas públicas junto a esta população, importantes sujeitos na luta pela causa de um envelhecimento digno para todos e todas. Tendo em vista o protagonismo deste profissional na defesa, e incessante luta pelos direitos, cidadania e liberdade.

Reafirmado no projeto ético-político profissional, presente no código de ética de 1993, fruto de uma construção histórica e coletiva instituiu princípios, diretrizes, direitos e deveres que rompe com práticas conservadoras e consolida a orientação profissional dos assistentes sociais aos interesses da classe trabalhadora.

Segundo José Paulo Netto (2007, p. 08), “uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político profissional”. A direção social do projeto ético-político profissional do Serviço Social aponta pra uma prática profissional voltada para a construção de outro modelo de sociedade, fincados na igualdade real de condições, liberdade efetiva de escolhas, em que os homens tenham reais possibilidades de desenvolverem suas potencialidades sem quaisquer forma de discriminação seja por gênero, etnia, orientação sexual, idade e diversas outras formas de discriminação e exploração tão marcante na sociedade capitalista contemporânea.

2.2 O envelhecimento na pauta das políticas sociais brasileiras.

A velhice, a invalidez, as deficiências físicas e mentais e as doenças degenerativas, ao longo da trajetória do modo de produção capitalista se tornaram um imperativo frente ao ideário liberal do Estado mínimo e não interventor. O trato da velhice permaneceu por muito tempo relegado a filantropia e a caridade de cunho

² Conforme Pessoa, a OMS (2005, p.14) define o envelhecimento ativo como um processo pelo qual se oportuniza ao máximo as condições de saúde, participação e segurança das pessoas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que elas envelhecem. Adota o termo “ativo” como sinônimo de participação contínua do sujeito nas dimensões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, observando, portanto, que essa concepção extrapola a consideração sendo comum de tratar o idoso apenas sob o aspecto de “estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho”. Essa é uma observação importante porque, o objeto deste conceito de envelhecimento é o de servir de orientação para a elaboração de políticas que efetivamente possam “aumentar a expectativa de uma vida saudável e a qualidade vida para todas as pessoas que estão envelhecendo, inclusive as que são frágeis, fisicamente incapacitadas e que requer cuidados” (PESSOA, 2009, p.139).

religioso, no Brasil este quadro começou a modificar-se somente na década de setenta do século passado (SILVA, 2007).

Até os anos 1960, o trabalho realizado com idosos no Brasil era de cunho caritativo, desenvolvido especialmente por ordens religiosas e entidades filantrópicas. Somente na década de setenta, evidencia-se um elevado número de organizações da sociedade civil e governos discutindo esta questão, diante do elevado crescimento da população idosa não podia mais deixar esta temática ao largo das discussões políticas do país. A população idosa começa a se organizar em associações, grupo de convivência e, também, o Serviço Social do Comércio (SESC) passa a desempenhar um papel de destaque realizando estudos e diversas ações junto à população idosa, e logo mais tarde, na década de 1980, surgem as primeiras Universidades da Terceira Idade³ (SILVA, 2007).

A Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso, e o Estatuto do Idoso, prescrevem, normatizam e regulamentam o conjunto de direitos civis, políticos e sociais, do segmento da população idosa, a serem garantidos por meios de políticas públicas e implementadas pelo Estado. São expressões de uma grande conquista empreendida pelos movimentos sociais e demais ativistas da luta pela afirmação da cidadania da pessoa idosa, ao romper, ao menos a nível normativo jurídico, com o ideário e práticas de cunho filantrópico e, sobretudo, instituir a noção de direito a serem assegurados pelo Estado.

A Constituição de 1988 assegura grandes conquistas ao segmento da população idosa, tais direitos estão presentes no âmbito da Seguridade Social: saúde, previdência e assistência social, da família e do trabalho. A Constituição defende a dignidade da pessoa idosa assegurados pelos princípios, democrático participativo e incentivo ao protagonismo social, prevê ainda a garantia de benefícios e serviços sociais que assegurem os mínimos sociais, bem estar e autonomia.

A Política Nacional do Idoso, Lei n.º 8.842, de janeiro de 1994, tem como fundamento assegurar e proteger os direitos dos idosos como trata o Art. 1º “a política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”, traz orientações que devem ser levadas em conta no processo de formulação de ações abrangendo as políticas de assistência social, saúde,

³ Aqui seria importante destacar onde surge a primeira Universidade da Terceira Idade.

educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, cultura, esporte e lazer.

No seu artigo 8º inciso III, estabelece a intersetorialidade entre os diversos Ministérios e políticas públicas, destacando que não cabe apenas a uma área restrita a promoção dos direitos a pessoa idosa, todas as políticas intersetoriais devem atuar de forma interligada para a real efetivação dos direitos da pessoa idosa, traz também um plano de ação de combate à violência contra os idosos. Importante pauta ressaltada pela Política Nacional diz respeito aos conselhos. Compete aos Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais zelar pelo cumprimento dos direitos do idoso, sendo importante espaço democrático que assegura a participação dos sujeitos da política, ou seja, os próprios idosos.

O Estatuto do Idoso, Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, reafirma direitos já conquistados na Constituição Federal, consta de 118 artigos dedicados a regular os direitos concernentes a pessoa idosa, ressalta os direitos fundamentais da cidadania da pessoa idosa, estabelece as medidas de proteção ao idoso, instituiu mecanismos legais que assegure tais direitos (FALEIROS, 2007).

Segundo Camarano e Pasinato (2010), a política de assistência social atualmente compreende o maior leque e principais ações voltadas para a população idosa. Tendo a assistência social por finalidade “promover a proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em risco e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade” (BRASIL, MDS, 2005). Como aponta Potyara (2007) “é, portanto, como ação protetora que a Assistência Social deve propiciar três principais tipos de seguranças: de segurança [rendimento?], de acolhida e de convívio” (p.?).

A segurança de rendimento consiste na garantia de uma renda independentemente do salário-mínimo, e que dê condições básicas para o suprimento das necessidades básicas, aos idosos, deficientes, desempregados, famílias numerosas. A segurança de acolhida consiste na garantia das condições essenciais para a vida, de modo amplo, considerando desde a alimentação à habitação. A segurança de convívio ou vivência familiar, se refere a outro componente primordial para a vida, que é a garantia da interação, convívio e formação subjetiva dos sujeitos.

Estas seguranças encontram-se estruturas na divisão do sistema de proteção social em básica e especial. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

no âmbito da proteção social básica apresenta mais um caráter preventivo. Como expresso na PNAS, tem por objetivos, “prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.”. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) abrigando a proteção social especial tem como foco as famílias e os indivíduos que estão inseridos em situações de risco social e violação de direitos.

Deste modo, a política de assistência social destaca-se como um importante mecanismo, em que, objetiva garantir proteção social por meio das seguranças sociais e ao mesmo tempo e, em paralelo, constitui-se como locus onde, os direitos já conquistados podem ganhar materialidade. Sedo os centros de convivência do idosos um importante mecanismo.

Centro ou grupo de convivência diz respeito a uma modalidade não asilar, em que, congregam um conjunto de ações que visem à integração social dos idosos nos mais diversos espaços sócio-educacionais, atividades de prevenção à saúde mental e física. De acordo com Camarano e Pasinato casas ou centros de convivência,

Consistem em atividades que visam ao fortalecimento de atividades associativas, produtivas e de promoção da sociabilidade. Visam contribuir para a autonomia, o envelhecimento ativo e saudável, a prevenção do isolamento social e a geração de renda (CAMARANO e PASINATO, 2010, p. 281).

Dessa forma, um centro ou grupo de convivência integra um conjunto de profissionais interdisciplinares, os quais desenvolvem atividades destinadas a superar os desafios enfrentados na velhice, promovem ações e projetos, por meio de atendimentos individuais e atividades em grupo. Orientam os idosos em relação aos seus direitos, trabalham no fortalecimento de vínculos familiares buscando a aproximação dos familiares, promovem ações recreativas e lazer com a finalidade de integração e socialização entre os idosos, promovendo assim autonomia.

A Política Nacional de Assistência Social, na parte que trata sobre os serviços de proteção básica traz que,

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho, tais como: Centros de Convivência para Idosos. (2004, p.37).

Assim, a Política Nacional de Assistência Social, situa os centros de convivência como um componente dos serviços de proteção social básica, sendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) um dos mecanismos da Política Nacional de Assistência Social, formado por um conjunto de profissionais que atua na proteção social básica,

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004).

Deste modo, o Centro de Referência de Assistência Social constitui-se um importante lócus, onde, os direitos sociais dos idosos podem e devem ganhar materialidade.

A partir desta abordagem geral, das principais legislações que versam sobre os direitos dos idosos podemos perceber que, muito já foi conquistado, temos garantias lavradas em lei, direitos que afirmam a cidadania da pessoa idosa. Contudo, as reais efetivações e vivência destes direitos no cotidiano dos idosos brasileiros não se dão de forma imediata ou paralela no que consta na lei, antes depende da correlação de forças presentes na sociedade, na disputa ideológica, econômica e social entorno do poder legislativo e executivo, ou seja, do governo que vai gerir e coordenar o Estado, na intricada e complexa relação do Estado e sociedade.

4 ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS REALIZADAS PELO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O ENVELHECIMENTO

Buscamos, a seguir, traçar um panorama acerca da temática do envelhecimento no âmbito do Serviço Social. Como importante pressuposto investigativo pontuamos a dimensão investigativa, a pesquisa e sistematização da prática como elementos constitutivos do Serviço Social. Realizamos um esforço de análise e síntese ao vasto conhecimento produzido as experiências profissionais dos assistentes sociais junto à população idosa, nos mais diversos processos de trabalho, presentes e socializadas nas produções teóricas do XIII e XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

Por fim trazemos a discussão sobre a pesquisa no âmbito das pós-graduações em Serviço Social e buscamos identificar quais os programas existentes no âmbito do Serviço Social, quais as linhas de pesquisa destes programas e quais pesquisas estão em desenvolvimento sobre a temática envelhecimento.

4.1 A dimensão investigativa como elemento imprescindível e essencial no fazer profissional do assistente social.

A pesquisa, a atitude investigativa e a sistematização da prática profissional, são elementos de suma relevância que precisam estar presentes no cotidiano profissional, não sendo momentos isolados e sim parte de um processo articulado na busca pela compreensão da realidade, formulação de estratégias e táticas, que deem conta da complexidade da realidade.

Nos marcos do processo de renovação profissional, meados da década de 1960, desencadeou-se a reformulação tanto das grades curriculares dos cursos formadores, como do próprio caráter interventivo da profissão que começa a adquirir maturidade com o surgimento das escolas de pós-graduação que traz consigo a característica da pesquisa nos currículos de formação, arrastando consigo a graduação (NETTO, 2009).

Segundo José Paulo Netto (2009, p. 693), se faz “claro que a pesquisa é indispensável ao Serviço Social se a profissão quiser se manter com um estatuto efetivamente universitário” com tudo isso se percebe a importância desta para conceder a profissão este caráter maduro e de intensa intervenção. Sendo assim,

faz-se necessário também, a democratização das mesmas no intuito de mostrar os avanços do processo teórico-operativo da profissão.

A pesquisa no Serviço Social faz-se de fundamental importância e é através dela que a profissão vem conquistando e consolidando sua “maioridade” em relação à produção de conhecimentos. Para termos o entendimento do que é de fato pesquisa é necessário compreendermos os diferentes conceitos de conhecimento e como eles perpassam o Serviço Social. Para Setubal (2009) duas vertentes parecem ser basilares para reflexão, pois se refletem diretamente no entendimento de pesquisa:

Uma que atribui ao conhecimento valor apenas instrumental, generalista e útil ao desenvolvimento de uma prática considerada eficaz e outra que coloca o conhecimento no patamar constituído pelas diferentes formas de ação e percepção do Serviço Social no seu constituir-se reconstituir-se histórico. A visão instrumental parte do princípio de que o conhecimento origina-se e sustenta-se na própria prática profissional com o auxílio de teorias generalizadas que viabilizam certa compreensão do objeto para intervenção imediata. Tal conhecimento conduz-nos a uma percepção empirista, compreensão distanciada e conseqüentemente insuficiente do objeto na sua manifestação abstratamente elaborada. A segunda vertente defende o conhecimento como um produto dialético que apreende, em um só momento, a forma de se expressar do Serviço Social num determinado espaço e tempo, bem como as alternativas viáveis de intervenção. Não é um conhecimento apriorístico, sensível, mas organiza-se a partir da correlação de forças políticas e ideológicas contidas nas relações sociais (SETUBAL, 2009, p. 31).

Neste sentido é preciso que a pesquisa no Serviço Social seja intensificada, pois por muito tempo o Serviço Social bebeu na fonte de outras ciências para atender suas demandas profissionais, ao exercitar a prática de pesquisar e produzir conhecimentos próprios não significa que o Serviço Social se fechará para as outras ciências, mas através da articulação do conhecimento irá refletir, investigar e sistematizar a sua prática com mais autonomia. É a partir da produção científica que a categoria vem galgando um espaço relevante no campo da produção do conhecimento e ser reconhecida por isso, além de garantir para os assistentes sociais enquanto categoria o estatuto de pesquisadores. Pois segundo Setubal (2009, p. 32),

[...] ao analisarmos a literatura do Serviço Social e ao participarmos dos eventos científicos promovidos pela categoria profissional, comumente deparamo-nos com questões que atribuem pesos por vezes somente ao Estado, que por meio de uma política concentradora benéfica a pesquisa apenas para algumas áreas de conhecimentos, ou com outras que, ao não reconhecerem o potencial crítico-reflexivo e criador do Serviço Social, desconhecem a existência do estatuto de pesquisador para a profissão e as exigências endógenas criadas pelas necessidades históricas dessa, no seu fazer-se na sociedade.

O fato é que ter a pesquisa como parte constitutiva do projeto ético-político e profissional do assistente social, é basilar, exatamente pela necessidade que há em produzir conhecimentos concernentes ao Serviço Social, ou seja, ter a própria profissão como objeto de pesquisa, pois é preciso que a categoria produza e reflita sobre sua própria prática profissional (NETTO, 2009).

A dimensão investigativa é parte constitutiva do exercício profissional do assistente social, esta dimensão é vital para categoria, pois sua natureza revela o novo. Para Guerra (2009, p. 714) a dimensão investigativa: “questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revelar, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a ‘positividade do real’”.

A postura profissional pautada na dimensão investigativa oferece ao assistente social uma instrumentalidade que qualifica a sua prática tornando-a mais eficiente e eficaz, o profissional, nesse contexto, tende a elevar sua competência e seu compromisso com os princípios da profissão. Nesse sentido, a pesquisa crítica e criativa possibilita o enriquecimento dos elementos da cultura profissional, além dos princípios, também os valores, objetivos, referencial teórico-metodológico, racionalidades, instrumental técnico-operativo, estratégias e posturas, como novas determinações.

O Serviço Social brasileiro conta com um grande acervo bibliográfico fruto de variadas pesquisas a respeito dos fundamentos teóricos, históricos e metodológicos do Serviço Social, contudo, podemos constatar por meio dos encontros promovidos pela Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que existe, ainda, pouca produção de pesquisas que envolva as problemáticas do fazer profissional, ou seja, da sistematização da prática.

A sistematização da prática profissional vai muito além da mera descrição das atividades práticas do assistente social, fatores como a direção ideológica, metodológica e teórica que os assistentes sociais se orientam, determinam diretamente a dimensão investigativa do assistente social, e assim, no processo de apreensão e produção de conhecimento.

Nesse sentido, a sistematização da prática profissional e a dimensão investigativa da prática representam um grande desafio para todos os profissionais de Serviço Social, devido a duas principais problemáticas: primeiro as próprias dificuldades na produção de conhecimento, e segundo a grande importância que a sistematização da prática profissional exerce no desenvolvimento da ação profissional como também na legitimidade da profissão.

Como condição essencial para a produção de conhecimento e sistematização da prática o assistente social necessita de um conjunto de aparatos teóricos e metodológicos que possa oferecer ferramentas para a complexa tarefa de apreensão do conhecimento, neste sentido, é importante destacar as problemáticas que envolvem a formação profissional, sendo esta, em muitos casos de má qualidade, não oferecendo aos futuros profissionais o arcabouço teórico necessário; outra questão diz respeito ao distanciamento que há entre a academia e os profissionais que atuam no campo. É de suma importância que as entidades organizativas da categoria como a ABEPSS fomentem cada vez mais ações que promovam tais articulações através de debates, congressos, oficinas, entre outros.

A sistematização da prática profissional no Serviço Social contribui de forma significativa para a elevação do estatuto teórico da profissão, garantindo a legitimidade profissional. Historicamente o Serviço Social assumiu uma posição de subordinação teórica, inicialmente em relação à igreja católica, posteriormente das formulações teóricas positivistas das ciências sociais. A partir do momento que o Serviço Social se desponsa como área que também sistematiza sua prática, produz conhecimento, imprimi outro direcionamento ao Serviço Social, representa um divisor de águas para a profissão adquirindo outra visibilidade, assim, a sistematização da prática garante ao Serviço Social reconhecimento e maior autonomia intelectual (ALMEIDA, 2007).

Neste sentido, para efeitos de análise dos trabalhos socializados nos XII e XIV CBAS, distinguimos os artigos que tratam sobre o envelhecimento em duas categoriais: os que trazem referência à sistematização da prática profissional e

àqueles que exploram a pesquisa bibliográfica, embora a sistematização da prática não anule a pesquisa teórica e bibliográfica. Segundo Almeida (2007),

O esforço de sistematização como um componente central do trabalho do assistente social não significa, portanto, apenas a geração de dados e informações, mas um processo que envolve a produção, organização e análise dos mesmos a partir de uma postura crítico-investigativa. Trata-se, na verdade, de um esforço crítico, de natureza teórica, sobre a condução da atividade profissional, constituindo-se como um esforço problematizador sobre suas diferentes dimensões em relação às expressões cotidianas da realidade social, mediatizadas pelas políticas sociais, pelos movimentos sociais, pela forma de organização do trabalho coletivo nas instituições e, sobretudo, pelas disputas societárias. [...] Situamos também, dentre o leque de questões que valorizam a sistematização como um momento importante do trabalho do assistente social, a sua dimensão realimentadora da própria condução de seu trabalho. Para além da construção coletiva da história da atuação profissional que este processo também encerra, ressaltamos aqui seu impacto mais imediato: a reflexão sobre alguma dimensão da atividade profissional favorecendo um reordenamento desta experiência. Neste caso, podemos ter, por exemplo, uma reflexão sobre certos instrumentos de trabalho, sobre a pertinência dos mesmos aos objetivos propostos e ao aporte teórico-metodológico utilizado, assim como a experimentação de novas técnicas, não como opções restritas ao âmbito das opções metodológicas, mas como possibilidades ancoradas nas tensões entre o projeto e as opções profissionais, com suas nuances éticas, políticas e teórico-metodológicas, e a dinâmica da produção e da reprodução social que determinam as condições efetivas de nosso trabalho (p. 4 – 5).

Dessa forma, as experiências profissionais socializadas fruto da sistematização da prática profissional constitui um rico campo de conhecimento e aproximação com o fazer profissional dos assistentes sociais.

Assim, tomamos como base os direitos sociais da pessoa idosa presentes nas diversas políticas públicas, a complexidade que envolve a real materialização dos direitos sociais, a compreensão das atribuições e o projeto ético-político que orienta o profissional de Serviço Social, como também, os diversos fatores que atuam como condicionantes no fazer profissional, condições estas que vão desde o processo de formação que o profissional teve acesso, o compromisso político dos gestores, questões orçamentárias e estruturais, atuação de conselhos, compromisso ético político do profissional.

4.2 Processos de trabalho do Assistente Social junto à pessoa idosa: experiências, conquistas, desafios e anseios colhidos nos trabalhos publicados no XIII e XIV CBAS.

Dos trabalhos aprovados no XII Congresso, 32 (trinta e dois) são os artigos que abordam à temática do envelhecimento, destes apenas 28% tratam sobre a sistematização da prática, 72% se refere à pesquisa tanto bibliográfica, quanto de campo e experimental.

As áreas de atuação destacadas foram: na política de assistência social, com 11%; habitação 44%; na área sociojurídico 11%; educação 22% e atuação no conselho do idoso 11%.

No XIV, CBAS, o número de artigos aprovados que abordam a temática do envelhecimento teve um pequeno aumento, para 45 (quarenta e cinco) artigos no total. Sendo 82% pesquisa e 18% fruto da sistematização da prática. Dentre estes, destaca-se a produção no âmbito da política de assistência social, tendo como principal campo de análise os centros de convivência, 60%; a atuação em conselhos municipais dos idosos 10%; educação 20%; trabalho com assessoria 10%.

A política de habitação abrange as casas de convivência⁴, conjunto habitacional e asilo, a moradia e constitui um dos direitos fundamentais da pessoa humana, uma moradia digna na velhice vai muito além de ter um teto para morar, é preciso tomar como foco de análise o cuidado, e compreender a situação real em que o idoso se encontra, ou seja, o nível de cuidado que o idoso precisa se, tem condições de morar sozinho, se dispõem de pessoas que o auxiliem, se o local onde habita dispõem de condições físicas e estruturais adequadas a está fase da vida.

Tanto a Política Nacional do Idoso, quanto o Estatuto do Idoso prescrevem que o ideal para o idoso é estar junto á família e a comunidade, no entanto, muitos idosos preferem morar sozinhos, pois diversos são os casos em que as famílias não dispõem de condições estruturais e financeiras para manter e cuidar dos idosos em suas casas, também há idosos que preferem morar em conjunto com outros idosos em asilos ou casa lares. Nestes casos, onde, o idoso não mais habita com a família,

⁴ De acordo com Camarano e Pasinato casas ou centros de convivência, consistem em atividades que visam ao fortalecimento de atividades associativas, produtivas e de promoção da sociabilidade. Visam contribuir para a autonomia, o envelhecimento ativo e saudável, a prevenção do isolamento social e a geração de renda (CAMARANO; PASINATO, 2010, p. 281).

o Estado tem o dever de proteger e assegurar estes idosos, contudo, muitos idosos que necessitam destes tipos de atenção ainda tenham que recorrer às instituições privadas de caráter filantrópico, haja vista a insuficiência de instituições públicas.

Constatamos que os/as assistentes sociais que atuam nos centros de convivência, no conjunto habitacional e no asilo para idosos, desenvolvem semelhantes ações e abordagens no fazer profissional. Todavia, é importante frisar que a atuação profissional seja ela na mesma área ou o objeto de intervenção, não é pré-estabelecida, não tem uma receita do que fazer diversifica-se conforme um conjunto de diferenciações e singularidades próprias da instituição, local e demandas apresentadas pelo usuário. O que não anula ações e práticas similares, haja vista o nosso horizonte ético e político que nos orienta para a construção de um projeto coletivo.

Feito tais considerações, observamos que, os/as assistentes sociais são integrantes de um conjunto de profissionais interdisciplinares, os quais desenvolvem atividades destinadas a superar os desafios enfrentados na velhice, promovem ações e projetos, por meio de atendimentos individuais e atividades em grupo. Orientam os idosos em relação aos seus direitos, desde o direito a benefícios previdenciários, serviços socioassistenciais, até o direito a participação em espaços representativos como Conselhos de direitos, trabalham no fortalecimento de vínculos familiares, buscando a aproximação dos familiares, promovem ações recreativas e lazer com a finalidade de integração e socialização entre os idosos.

Segundo os autores do artigo o “Trabalho do Serviço Social nas Casas de Convivência e Lazer para Idosos”,

Com base no contexto teórico-prático da profissão e da institucionalização dos centros de convivência para idosos como uma modalidade não asilar e de direito de cidadania, as ações do assistente social estão legitimadas no desenvolvimento de um trabalho de gestão, de grupos educativo e reflexivo, de acompanhamento social, de articulação institucional, entre outras específicas, preservando e valorizando seu compromisso profissional com o público alvo (ALMEIDA, et al. 2010, p. 05).

Os resultados e conquistas já diagnosticados vão, desde a formação política cidadã, elevação da autoestima, viabilização de direitos sociais, prevenção ao isolamento, engajamento social do idoso, aproximação dos vínculos familiares,

promoção à saúde e ao lazer. Promovendo assim, a autonomia, socialização e exercício à cidadania da pessoa idosa.

Os artigos frutos da atuação profissional nos centros de convivência nos fornecem muitos e importantes elementos para pensarmos o fazer profissional na política de assistência social junto ao segmento da população idosa.

No âmbito da política de Assistência Social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é formado por um conjunto de profissionais que devem atuar na proteção social básica de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tendo o seguinte papel,

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004).

Assim, a assistência social constitui-se uma importante política de atenção ao idoso, comumente é a assistência social a porta de entrada para o acesso a outros serviços sociais, o relato de experiência profissional apontado em “O CRAS e o trabalho com idosos” tendo como autora Sonia Margarida Anselmo Figueiredo da Silva, demonstra os avanços e desafios que os assistentes sociais enfrentam na luta para consolidar a política de assistência e assegurar a proteção social a população idosa, disserta que;

O desafio é grande e as dificuldades com o processo, precisam ser administradas dia a dia [...]. Quanto aos entraves percebe-se que ainda há muito a avançar. É necessário expandir recursos para permitir acessibilidade plena às demandas sociais apresentadas pelos idosos e paralelamente absorver um quantitativo maior de idosos. Uma estratégia explorada é a ampliação de espaços de interlocução entre as políticas setoriais. E o principal ideal para a Política de Assistência Social é poder operá-la como política transversal ao Sistema de Proteção Social, deixando de ser ações emergenciais e meramente paliativa. Quanto ao trabalho específico com os idosos é imprescindível: alcançar a família e/ou sua rede de socialização; tornar pública e simplificada a legislação de atenção à pessoa idosa, objetivando maior entendimento e esclarecimento para a população idosa, seus familiares e a sociedade, de uma forma plena. E quanto ao processo vigente de envelhecimento da

população, o panorama nacional aponta para algumas dificuldades, entre elas, reconhecer o idoso como sujeito de sua história, explorar e valorizar a rede de socialização intra e extra-familiar, equipar serviços e capacitar equipes profissionais acerca das necessidades, benefícios e direitos sociais da pessoa idosa, ampliando assim o investimento em políticas públicas (econômicas e sociais) (SILVA, 2010, p. 02).

A atuação profissional das assistentes sociais no CRAS, tendo os idosos como população usuária, tem como grande desafio, apreender a realidade sócio-histórica e cultural no qual os idosos estão inseridos, sendo uma das prerrogativas da política de assistência, a territorialização⁵.

As experiências profissionais colhidas apontam que os profissionais de Serviço Social realizaram uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa da população idosa que faz parte da área de abrangência dos CRAS's, a partir dos dados socioeconômicos identificando as reais condições dos idosos, a ação profissional concentrou-se na construção da rede sócio assistencial a fim de viabilizar os direitos, por meio de projetos benefícios e serviços sociais de acordo com a realidade de cada idoso, a rede socioassistencial conta com, Centro de Convivência para Idosos, Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família, Programa Saúde da Família e um abrigo para idosos.

Dentre os desafios apresentados estão os resquícios do clientelismo e do favor, ainda presente na política de assistência, principalmente por parte dos usuários, constata-se a necessidade imprescindível do desenvolvimento constante de ações de formação para cidadania, além disso, a dificuldade de articulação intersetorial com outras políticas como preconiza a Política e Estatuto do Idoso e a necessidade de ampliação dos serviços ofertados.

Ainda no âmbito da política de assistência social chama a atenção o princípio da matricialidade sociofamiliar, e o quanto a intervenção no contexto familiar é complexa, tendo em vista a diversidade de composição familiar e, sobretudo, o imperativo da responsabilização da família ainda bastante presente.

⁵ A territorialização, vinculada ao princípio da descentralização político-administrativa, é um recurso utilizado para a leitura dos territórios no sentido da expressão das demandas locais/regionais e das respostas socioinstitucionais relativas aos direitos socioassistenciais e sua relação com os demais direitos (SILVEIRA, 2007, p. 67).

A responsabilidade perante o idoso é da família, da comunidade só por último ao Estado, todavia deve sempre ser frisado que, é dever do Estado garantir às condições de autonomia e um mínimo de qualidade de vida e estabilidade as famílias, o acesso à educação, saúde emprego e renda por parte das famílias constituem um imperativo, uma condicionalidade para que as famílias tenham condições objetivas de dar suporte e fornecer cuidados aos seus idosos.

Dentre as demandas e problemáticas postas ao assistente social na área sociojurídica se destaca aos casos no qual os idosos são vítimas das mais diversas formas de violência. Os trabalhos contidos nos anais do XIII CBAS, a Assistente Social em seu relato de experiência destaca o enfrentamento e combate a violência contra o idoso e o importante papel que os idosos desempenham como guardião de crianças e adolescentes. Em vários casos, os idosos procuram os/as assistentes sociais se colocando e reivindicando a guarda dos seus netos e bisnetos, crianças e adolescentes que foram abandonados ou por desentendimento com os pais se recusam a morar com seus genitores, tal atitude dos idosos são de extrema relevância e impacto na vida destas crianças e adolescentes, muitos abriram mão de projetos pessoais, para se dedicarem a cuidar daqueles, evitando assim outras medidas como internatos e orfanatos.

No entanto, todo este processo não se dá de forma simples, percebem-se resistências de outros profissionais na concessão de guarda aos idosos alegando-se a idade avançada, além disso, desafios como a elevada burocracia, hierarquização, conflito e imposição de poder e dificuldade em articular com outras políticas sociais são alguns dos desafios e anseios citados e apresentados como expressão dos profissionais da área sociojurídica na atuação com idosos.

Chama a nossa atenção novamente para a temática da categoria família e o quanto os assistentes sociais são desafiados a trabalhar e interferir no contexto familiar, com base na leitura de autores como Faleiros (2007), Camareno (2010), Motta (2010), Pessoa (2009), bibliografia que problematiza o idoso no contexto familiar, destacamos três circunstâncias as quais os idosos frequentemente vivenciam no ambiente familiar, importante destacar que não descartamos outras situações, como também tais situações não estão isoladas sendo mediadas por outros fenômenos inter-relacionados que varia conforme a realidade vivida de cada idoso.

O idoso enquanto referência familiar sendo o principal proveniente da renda e sustento familiar, e também responsável pela educação e cuidado dos netos e bisnetos, outro contexto, se refere aos idosos que necessitam de cuidados por não conseguir desempenhar suas atividades diárias sozinhas, neste caso são duas as principais medidas: quando a família tem meios e cuida do idoso ou, quando a família não tem condições de cuidar do idoso. Por fim, casos em que os idosos são vítimas de agressões e violência por parte de seus próprios familiares.

Todos estes quadros e problemáticas no contexto familiar no qual os idosos estão inseridos impõem-se como demandas e desafios aos Assistentes Sociais, nos mais diversos processos de trabalho e área de atuação.

Outro trabalho publicado nos anais do XIII CBAS traz riquíssimas experiências da participação do assistente social no Conselho Municipal de Idosos, sobretudo, o fomento para que os próprios idosos participem destes espaços. Os conselhos são espaços de confronto de distintos interesses, o conselho de idoso constitui um importante instrumento de fiscalização, cobrança e promoção junto ao poder público na defesa e garantia dos interesses dos idosos.

Sendo o assistente social um profissional que atua diretamente na viabilização e luta de tais direitos, destacamos algumas experiências positivas do assistente social neste importante espaço democrático. Este profissional pode contribuir para a socialização e esclarecimento dos direitos referentes aos idosos; prestar assessoria junto a diversas secretárias municipais de saúde, educação, lazer e esporte, a fim de que os direitos dos idosos sejam viabilizados de modo intersetorial; propor e realizar junto com outros conselheiros, diversas atividades de caráter educativo e socioassistenciais; acompanhar e denunciar casos de violência, abandono, ausência e negligência do poder público; presta orientações a demandas, denúncias e solicitações encaminhadas ao conselho; atuar como incentivadores na luta pela participação e engajamento dos próprios idosos nos conselhos, fazendo com que, os próprios sujeitos façam parte do processo que, levem suas demandas e anseios, sejam ouvidos, não ficando a margem das discussões e decisões que interferem diretamente em suas vidas.

Em todos os trinta e dois artigos publicados no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) sobre envelhecimento encontramos referências acerca da relevância do trabalho educativo com idosos, todos os artigos que versam sobre a sistematização da prática, também, trazem experiências socioeducativas junto à

população idosa. Em relação à socialização de informação e o quanto está prática é importante e presente em nosso fazer profissional disserta lamamoto,

Ao nível do trabalho concreto realizado na esfera do Estado, merece atenção a socialização das informações enquanto uma das atividades profissionais exercidas pelo assistente social (...). Por meio da socialização de informações, procura-se tornar transparente ao sujeito que busca os serviços as reais implicações de suas demandas para além das aparências e dos dados imediatos, assim como os meios e condições de ter acesso aos direitos (IAMAMOTO, 2009, p. 08).

Neste sentido, podemos considerar que o assistente social mesmo não trabalhando diretamente em espaços de educação em sua prática, este desenvolve uma ação pedagógica, dando ênfase à noção dos direitos e educação cidadã. Os artigos que trazem contribuições do fazer profissional no âmbito da educação discutem dois distintos espaços e diferentes formas de intervenção. Uma experiência inovadora com o teatro, como destaca as referidas autoras do artigo Venancio e Barreto,

Um recurso inovador na instrumentalidade do Serviço Social e como um caminho possível para a compreensão de problemas sociais e interpessoais [...]. Criação e invenção de novos instrumentos e linguagens para o trabalho com idosos. É possível refletir sobre cidadania e participação, incentivando o grupo a pensar o papel social da velhice por intermédio da criação de pequenos textos dramáticos, oriundos de sua história de vida (2010, p. 05).

Outro importante espaço e destacado papel social se refere à atuação do assistente social nas Universidades da Terceira Idade, segundo Camarano e Padinato, as universidades da terceira idade são,

Espaços voltados para a congregação da pessoa idosa. Tem por objetivos a valorização do idoso e a criação de uma imagem positiva que resgate o seu conhecimento como fonte de saber e a abertura para possibilidades para a ampliação de sua escolaridade em um sentido amplo (CAMARANO e PASINATO, 2010, p. 281).

As Universidades da Terceira Idade são lócus de suma relevância que atam de forma significativa na promoção do envelhecimento ativo contemplando suas

múltiplas dimensões. Os assistentes sociais são um dos sujeitos mediadores deste processo, por meio de diversas ações como: cursos de capacitação, palestras, oficinas, atuam como educadores para cidadania promovem debates críticos com a finalidade de desvendar as contradições sociais, fomentam a participação dos idosos, esclarecem sobre os seus direitos e as formas de instrumentalizá-los.

Dessa forma, o trabalho de socialização de informações realizado pelos assistentes sociais é uma importante ferramenta de trabalho e, sobretudo política, frente à ideologia neoliberal que culpabiliza e responsabiliza os indivíduos pela sua condição de vida, as práticas clientelistas e caridosas que inverte a lógica do direito em favor e benesse é uma estratégia também de luta pela defesa dos direitos sociais, da primazia do Estado e investimento público na media em que pela socialização da informação buscamos situar os indivíduos na sua condição de sujeito social que produz história, que tem direito a desfrutar da riqueza social que o mesmo produz.

Assim, a educação cidadã, a formação de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres que os reivindica é um dos pressupostos para a construção de uma sociedade democrática, com indivíduos atuantes que compreenda as relações sociais no qual está inserido, e possa ser agente de transformação.

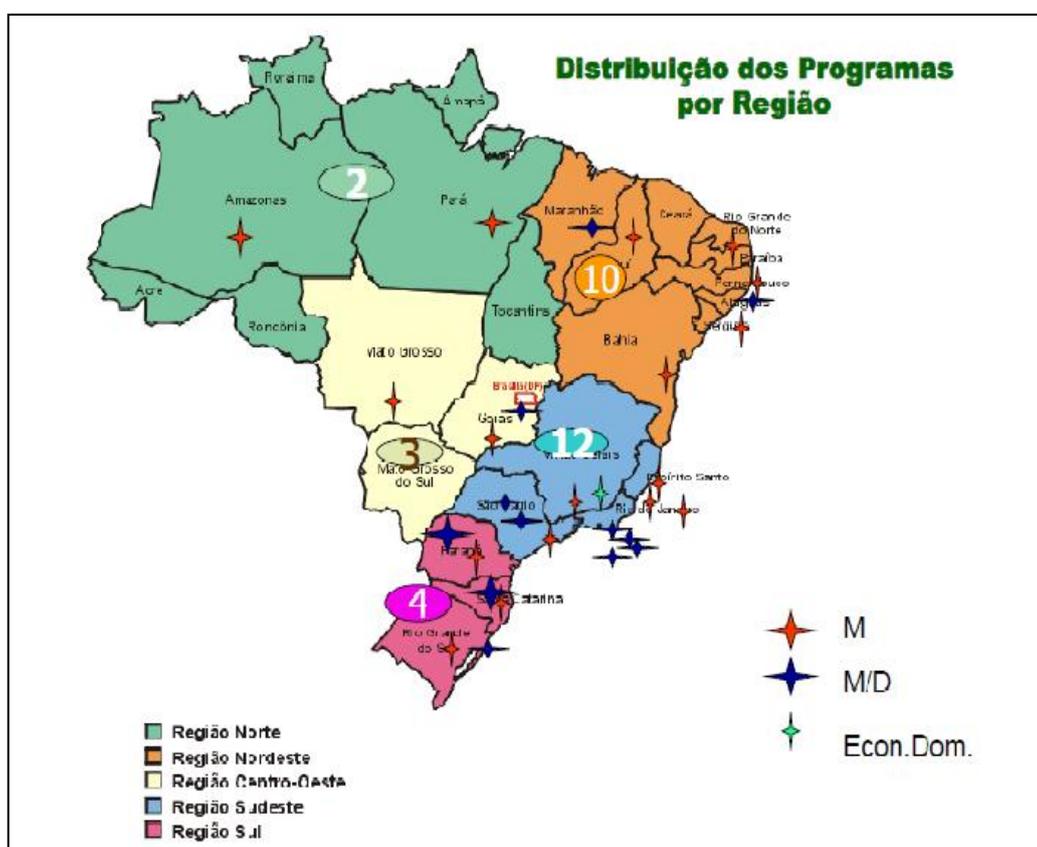
Em relação à população, a condição de não cidadania, de não educação e de não participação democrática é bastante marcante, os idosos carregam todo um histórico de negação de direitos 50,2% tem apenas quatro anos de estudos, 30,7% (ver Gráfico 02) sem instrução e menos de um ano de estudo.

Neste sentido, o acesso e promoção á educação se constitui como uma grande e urgente demanda a população idosa. Faz-se necessário, também, rompermos com pressupostos segundo os quais devemos concentrar, ou até mesmo, restringir os esforços de mobilização, acesso a formação e educação a jovens e adultos, estamos falando de mais de 20 milhões de mulheres e homens, os idosos também são sujeitos históricos com suas experiências e saberes acumulados ao longo dos anos, exercem destacada influência social sob outras gerações e, congrega potencialidades que pode vir a contribuir e muito com a sociedade.

4.3 Estado da arte de pesquisas sobre o envelhecimento no âmbito das pós-graduações em Serviço Social.

Segundo dados da avaliação trienal da CAPES (2011-2012-2013) a área de Serviço Social possui 31 (trinta e um) programas de pós-graduação distribuídos da seguinte maneira: 12 (doze) na região Sudeste (36,66%), 10 (dez) na região Nordeste (33,33%), 04 (quatro) na região Sul (13,33%) e 02 (dois) na região Norte (6,68%). Destes 03 (10,0%) são em políticas públicas. Conforme figura abaixo:

FIGURA 1 – Distribuição dos Programas de Pós-Graduações em Serviço Social por região.



Fonte: CAPES, 2013.

Em 13 dos 31 programas de pós-graduação em Serviço Social encontramos produção de conhecimento que trazem discussões sobre o envelhecimento. Como demonstra o quadro abaixo:

QUADRO 1 – Pesquisas que pauta a discussão do envelhecimento nos programas de pós-graduação em Serviço Social.

IES	LINHA DE PESQUISA	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	TÍTULO DA PESQUISA
UFPI	Cultura, Identidade e Processos Sociais.	Estado, Sociedade e Políticas Públicas.	Idosos e memória: a música como recurso didático pedagógico no acesso a vida de quem envelhece
	Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.	Estado, Sociedade e Políticas Públicas.	As Representações Sociais da Velhice na MPB.
PUC-GO	Teoria Social e Serviço Social.	Serviço social, política social e movimentos sociais.	Qualidade de vida: renda, trabalho e proteção previdenciária do idoso em Goiás.
PUC-RIO	Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais.	Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais.	Identificação e Notificação de casos de violência doméstica contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos: um estudo junto à Estratégia de Saúde da Família (ESF) em Mesquita, RJ.
PUC/RS	Gerontologia social	Serviço social, políticas e processos sociais.	A qualidade de vida nos núcleos familiares com idosos portadores de Alzheimer e redes de suporte social.
	Gerontologia social	Serviço social, políticas e processos sociais.	Envelhecimento, Institucionalização e Garantia de Direitos.
UCSAL	Estado, Sociedade e Políticas Sociais.	Política Social, Trabalho e Cidadania.	Quem deve prover, trabalhar e cuidar? Idosos, famílias e relações entre gerações.
	Trabalho, Questão Social e Cidadania.	Política Social, Trabalho e Cidadania.	Idoso nas políticas de Seguridade Social em Salvador.
UFAM	Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia.	Serviço Social, Pol. Sociais e Sustentabilidade na Amazônia.	A participação sóciopolítica dos idosos em Manaus.
	Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia.	Serviço Social, Pol. Sociais e Sustentabilidade na Amazônia.	Estudo avaliativo dos serviços de atenção à saúde dos idosos nas unidades básicas e centros de atenção integral na cidade de Manaus.
UFES	Políticas Sociais, Subjetividade e Movimentos Sociais.	Política Social, Estado e Sociedade.	O Idoso na Mídia Capixaba.
UFF	Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional.	Serviço Social, Desenvolvim. Regional e Políticas Públicas.	Análise do Estatuto do Idoso à luz dos programas Disque Idoso, S.O.S Idoso e Ligue-Idoso no Estado do Rio de Janeiro e suas repercussões em 05 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

	Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional.	Serviço Social, Desenvolvim. Regional e Políticas Públicas.	Análise dos Programas de Captação de Denúncias e de Atenção à Violência Contra Idosos no Estado do Rio de Janeiro.
UFMA	Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero.	Políticas Sociais e Programas Sociais.	A política estadual do idoso e a construção da rede de proteção à pessoa idosa no estado do Maranhão.
UFPA	Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.	Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento.	Envelhecimento Humano na Amazônia.
UFRJ	Projeto Isolado	Projeto Isolado	Qualificação profissional para os trabalhadores de nível médio e fundamental em saúde do idoso: análise de políticas.
	Cultura e movimentos sociais	Cultura, cidadania e serviço social.	A (In) Visibilidade das Mulheres Militantes no Movimento Social dos Idosos.
UFV	Estudo da Família e Economia do Consumo Familiar.	Economia familiar	Esta ruga tem história: envelhecimento, memória e transmissão de saberes.
	Família, Bem-estar Social e Qualidade de Vida.	Economia familiar	Envelhecimento da Força de Trabalho: Implicações e desafios para o Estado de Minas Gerais.
	Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais.	Economia familiar	A violência patrimonial contra o idoso: significados, motivos e Implicações.
	Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais.	Economia familiar	Crise no cuidado como RISCO SOCIAL. A importância do perfil familiar no desenho de políticas públicas para o enfrentamento da crise no cuidado: o caso do idoso no Brasil.
	Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais.	Economia familiar	Tecnologias Domésticas: autonomia e inclusão dos idosos?
UNESP/FR	Serviço Social: Formação e Prática Profissional	Trabalho e sociedade	Estudo das condições de saúde do idoso em Franca visando a implantação do projeto Cidade Amiga do Idoso.

Fonte: CNPQ, 2013.

No diretório dos grupos de pesquisa no Brasil da plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), na busca, por meio da palavra chave envelhecimento, encontramos 533 grupos que abrangem esta temática. Destes 38 são da área de Serviço Social.

QUADRO 2 – Pesquisa que pauta a discussão do envelhecimento nos programas de pós-graduação em Serviço Social.

IES	LINHA DE PESQUISA	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	TÍTULO DA PESQUISA
UFPI	Cultura, Identidade e Processos sociais.	Estado, sociedade e Políticas Públicas.	Idosos e memória: a música como recurso didático pedagógico. No acesso a vida de quem envelhece.
	Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.	Estado, sociedade e Políticas Públicas	As Representações Sociais da Velhice na MPB.
PUC-GO	Teoria Social e Serviço Social.	Serviço Social, Política Social e Movimentos Sociais.	Qualidade de Vida: Renda, Trabalho e Proteção Previdenciária do idoso em Goiás.
PUC-RIO	Violência, Direitos, Serviço Social e Política Intersetoriais.	Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais.	Identificação e Notificação de Casos de Violência Doméstica Contra Crianças. Adolescentes, Mulheres e Idosos: Um Estudo Junto á Estratégia de Saúde da Família (ESF) em Mesquita, RJ.
PUC- RS	Gerontologia Social.	Serviço Social, Políticas e Processos Sociais.	A Qualidade de Vida nos Núcleos Familiares com Idosos portadores de Alzheimer e Redes de Suporte Social.
	Gerontologia Social.	Serviço Social, Políticas e Processos	Envelhecimento, Institucionalização e

		Sociais.	Garantia de Direitos.
UCSAL	Estado, Sociedade E Políticas Sociais.	Política Social, Trabalho e Cidadania.	Quem Deve Prover, Trabalhar e Cuidar? Idosos, Famílias e Relações entre Gerações.
	Trabalho, Questão Social e Cidadania.	Política Social, Trabalho e Cidadania.	Idoso nas Políticas de Seguridade Social em Salvador.
UFAM	Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia.	Serviço Social, Política Sociais e Sustentabilidade na Amazônia.	A Participação Sóciopolítica dos Idosos em Manaus.
	Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia.	Serviço Social, Política Sociais e Sustentabilidade na Amazônia.	Estudo Avaliativo dos Serviços de Atenção à Saúde dos Idosos nas Unidades Básicas. E Centros de Atenção Integral na Cidade de Manaus.
UFES	Políticas Sociais, Subjetividade e Movimentos Sociais.	Política Social, Estado e Sociedade.	O Idoso na Mídia Capixaba.
UFF	Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional.	Serviço Social, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.	Análise do Estatuto do Idoso à Luz dos Programas Disque Idoso, S.O.SS Idoso e Ligue- Idoso no Estado do Rio de Janeiro e suas Repercussões em 05 Municípios do Estado do Rio de Janeiro.
	Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional.	Serviço Social, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.	Análise dos Programas de Captação de Denúncias e de Atenção à Violência

			Contra Idosos no Estado do Rio de Janeiro.
UFMA	Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero.	Políticas Sociais e Programas Sociais.	A Política Estadual do idoso e a Construção da Rede de Proteção à Pessoa Idosa no Estado do Maranhão.
UFPA	Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.	Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento.	Envelhecimento Humano na Amazônia.
UFRJ	Projeto Isolado.	Projeto Isolado.	Qualificação Profissional Para os Trabalhadores de Nível Médio e Fundamental em Saúde do Idoso: Análise de Políticas.
	Cultura e Movimentos Sociais.	Cultura, Cidadania e Serviço Social.	A (In) Visibilidade das Mulheres Militantes no Movimento Social dos Idosos.
	Estudo da Família e Economia do Consumo Familiar.	Economia Familiar.	Esta Ruga tem História: Envelhecimento, Memória e Transmissão de Saberes.
	Família, Bem-Estar Social e Qualidade de Vida.	Economia Familiar.	Envelhecimento da Força de Trabalho: Implicações e Desafios para o Estado de Minas Gerais.
	Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais.	Economia Familiar.	A Violência Patrimonial Contra o Idoso: Significados, Motivos e Implicações.
	Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais.	Economia Familiar.	Crise no Cuidado como Risco Social. A Importância do Perfil Familiar no Desenho de Políticas Públicas para o

UFV			Enfrentamento da Crise no Cuidado: O Caso do Idoso no Brasil.
	Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais.	Economia Familiar.	Tecnologia Doméstica: Autonomia e Inclusão dos Idosos?
UNESP- FR	Serviço Social: Formação e Prática Profissional.	Trabalho e Sociedade.	Estudos das Condições de Saúde do Idoso em Franca Visando a Implantação do Projeto Cidade Amiga do Idoso.

Deste modo, constatamos que a produção de conhecimento pelo Serviço Social, vem contemplando de forma bastante abrangente a temática do envelhecimento. Em destaque as pesquisas referentes aos direitos e políticas sociais destinadas a esta população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi a partir da pesquisa e sistematização da prática profissional que o Serviço Social se consolidou enquanto profissão inscrita e legitimada no âmbito acadêmico, não apenas como uma profissão que interfere na sociedade, mas como profissionais que pensa, dialoga e produz conhecimento científico acerca do caráter e fazer profissional.

A partir das reflexões trazidas ao longo deste trabalho podemos traçar algumas características, conquistas e desafios a serem enfrentados: os/as assistentes sociais estão inseridos em uma equipe multidisciplinar ou interdisciplinar, trabalham no setor público estatal, não se limitam as atribuições designadas pela instituição, ao atendimento direto, vão em busca de estratégias de intervenção, rompendo assim com o pragmatismo⁶.

A dimensão investigativa alia o pensar, o investigar e o fazer profissional, possibilita a visão crítica, análise macrossocial e identificam os fatores estruturais e conjunturais, reafirmam em suas práticas o compromisso e horizonte ético-político da profissão. Trabalham na construção e efetivação de uma rede de serviços socioassistenciais. Desenvolvem trabalho educativo e publicização da cidadania e dos direitos e fomentam a participação e engajamento social. Como desafios estão; as limitações burocráticas e institucionais, dificuldade de consolidar a rede socioassistencial como preconiza a política dos idosos, superação dos preconceitos em relação à pessoa idosa, desde no âmbito institucional, com na sociedade como um todo.

Somando todos os esforços lutas que concretizam direitos, promovem materializam a democracia e cidadania, ainda precisamos concentrar esforços a fim de que possamos verdadeiramente traçar mudanças de cunho estruturais, pois, se há muitos limites a construção da emancipação política muito se há de lutar para a emancipação humana. Mais do que nunca precisamos nos fortalecer enquanto categoria enquanto classe trabalhadora, valendo-se da frase empregada por Gramsci “pessimismo da razão, otimismo da vontade”, ou seja, o quadro sócio

⁶ Fraga (apud FALEIROS, 1986, p. 5) aponta que “o pragmatismo consiste numa atitude voltada para a solução de problemas imediatos, sem pensar e refletir as consequências teóricas e históricas desta ação imediata”.

histórico e ideológico posto é demasiadamente desafiante, com o refluxo dos movimentos sociais, a ideologia do consumismo e individualismo amplamente difundidos pelos principais veículos de massa.

No entanto, a história não está determinada nem tão pouco é imutável o otimismo e a vontade está presente e afirmado no nosso código de ética profissional, está sendo construído no dia a dia, dos diversos profissionais de Serviço Social que apesar das inúmeras dificuldades postas estão sendo instrumento de mediação para garantia de direitos, contribuindo para aqueles sujeitos sociais que venderam sua força de trabalho durante a maior parte da sua idade produtiva tenha um mínimo de retorno e qualidade de vida, está nas bandeiras de luta dos diversos movimentos sociais.

Deste modo, se muito já foi conquistado precisamos lutar muito mais, fortalecer o compromisso político da categoria profissional, buscar alianças com movimentos e organizações da classe trabalhadora na para além da conquista a garantia dos direitos, que possamos mexer nas estruturas e transformar construindo um outro projeto de sociedade. Uma sociedade para todas as idades, para a real conquista do envelhecimento ativo e, uma velhice cercada de cuidados, tangida pela vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Inez. Et al. **O trabalho do Serviço Social nas casas de convivência e lazer para idosos**. XIII Congresso brasileiro de assistentes sociais. Brasília, 2010.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de, Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. n.10, Rio de Janeiro: Cortez, 2007.

BARRETO, Beatriz, VENANCIO Bárbara. **Quando a memória sobe ao palco Oficina de teatro com idosos**. XIII Congresso brasileiro de assistentes sociais. Brasília, 2010.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2011.

BRASIL. Lei Federal n ° 8842, janeiro de 2004. **Política Nacional do Idoso**.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Redação final do Projeto de Lei da Câmara n° 57, de 2003 (n° 3.561, de 1997, na Casa de origem).

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. XIII, 2010. Brasília. Anais: Conselho Federal de Serviço Social.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. XIV, 2013. Águas de Lindoia. SP. Anais: Conselho Federal de Serviço Social.

IPEA, **Situação social brasileira**: Monitoramento das condições de vida. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1020>. Acesso em: set. 2012.

FALEIRO, Vicente de Paula. **Cidadania e direitos da pessoa idosa**. Ser Social, Brasília, n. 20, p. 35-61, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/250/1622>. Acesso em: jun. 2012.

GOLDMAN, S.N. **Universidade para a terceira idade: uma lição de cidadania**. Recife/PE: Elógica, 2003.

IAMAMOTO, Marilda. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade**. Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Marina da Cruz. O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas. *Textos Envelhecimento* [online]. 2005, vol.8, n.1, pp. 43-60. ISSN 1517-5928.

SOARES, Morena Gomes Marques. **A relação do serviço social com os movimentos sociais na contemporaneidade**. XIII Congresso brasileiro de assistentes sociais. Brasília, 2010.

SOARES, Morena Gomes Marques. **A relação do serviço social com os movimentos sociais na contemporaneidade**. XIII Congresso brasileiro de assistentes sociais. Brasília, 2010.